



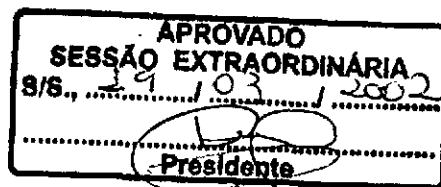
Câmara Municipal de Votorantim

ENTRADA 12 / 03 / 02 PROJETO DE LEI nº 20/02

ARQUIVO 21 / 03 / 02

AUTORIA Sr. Prefeito Municipal Jair Cassola

ASSUNTO: Autoriza o Poder Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal para Conservação e Manutenção de Vias Públicas Municipais.

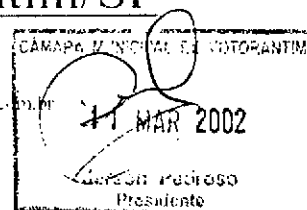




Prefeitura Municipal de Votorantim/SP

“Capital do Cimento”

Avenida 31 de março, nº 327, centro, C.E.P. 13110-900
Fone/Fax 015xx243-1121 ramal 257, e-mail: pmvotim@mail3.splicenet.com.br



Ofício nº 145 /02- CM

Votorantim, 08 de março de 2002.

Excelentíssimo Senhor

Encaminhamos, por meio deste, a essa Egrégia Casa de Leis, para apreciação de V.Exa. e Dignos Pares, o incluso projeto de lei sob nº 010/02, que autoriza o Poder Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal para Conservação e Manutenção de Vias Públicas Municipais.

O projeto que aqui propomos objetiva viabilizar uma forma mais econômica para obtenção de equipamentos pesados e custeio de serviços de melhoria e conservação de vias públicas, em especial as rurais e da periferia da cidade, através de um consórcio entre municípios vizinhos, que poderá integrar o Pró-Estrada, Programa Estadual instituído pelo Decreto Estadual nº 44868, de 09 de março de 2000.

O consórcio de que tratamos deverá contar inicialmente, além do nosso, com outros cinco municípios: Sorocaba, Piedade, Ibiuna, Tapiraí e São Roque, e se destinará a obtenção, através de cessão a título oneroso de 01 Trator de Esteiras Fiatallis modelo 7D, 01 Motoniveladora Fiatallis modelo FG140, 01 Pá Carregadeira Komatsu modelo WA180-1B e 01 Retroescavadeira Fiatallis modelo FB80.2/4x2, cedidos pela CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo, ao custo mensal de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais), ou R\$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais) mensais, por município consorciado, mais os custos operacionais e de manutenção dos equipamentos.

O consórcio possibilitará aos municípios integrantes contarem com equipamentos e serviços para melhoria e conservação de suas vias públicas rurais e periféricas, que individualmente lhes seriam inviáveis ou muito onerosos, com a vantagem de liberar as equipes e equipamentos que já possuem para outros serviços no município, diminuindo suas respectivas defasagens nos mesmos.

Estas, Senhor Presidente, as considerações que julgamos necessárias, face a relevância e urgência da matéria, solicitamos seja o projeto, ora encaminhado, recebido e processado nos termos do Art. 55 da Lei Orgânica Municipal, aguardando sua aprovação por essa Egrégia Casa de Leis.

Respeitosamente.


-JAIR CASSOLA
Prefeito Municipal

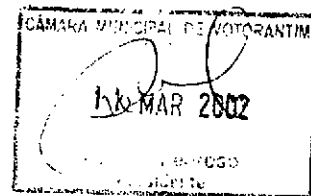
Ao
Excelentíssimo Senhor
JERSON PEDROSO
DD. Presidente da Câmara Municipal de
VOTORANTIM-SP.



Prefeitura Municipal de Votorantim/SP

“Capital do Cimento”

Avenida 31 de março, n.º 327, centro - CEP 18110-900
Fone (15) 3353-8833, Fone Fax (15) 243-1430
e-mail: prymtoz@mail3.splinet.com.br



Proj. nº 010/02

PROJETO DE LEI

Autoriza o Poder Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal para Conservação e Manutenção de Vias Públicas Municipais.

JAIR CASSOLA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, a promover a participação do Município de Votorantim integrando pessoa jurídica constituída como Consórcio Intermunicipal para Conservação e Manutenção de Vias Públicas Municipais, criado por Municípios do Estado de São Paulo.

Art. 2º. O Consórcio Intermunicipal a que se refere o art. 1º tem as seguintes finalidades:

- I. representar o conjunto dos Municípios que o integram, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades públicas, de qualquer esfera de governo, ou privadas;
- II. prestar aos Municípios consorciados serviços de planejamento, construção e conservação do sistema viário urbano e rural, no âmbito territorial dos Municípios que o compõe;
- III. desenvolver serviços e atividades de interesse dos Municípios consorciados, de acordo com programas de trabalho aprovados em Conselho de Prefeitos;
- IV. perenizar as vias de escoamento da produção agro-pastoril e otimizar a malha viária dos Municípios integrantes do Consórcio;
- V. recuperar, manter e melhorar a estrutura viária, assim como a drenagem e o escoamento de águas pluviais nas periferias urbanas e a pavimentação de núcleos habitacionais;



Prefeitura Municipal de Votorantim/SP

“Capital do Cimento”

Avenda 31 de março - 327 - centro, C/P 18110-200

Fone (15) 3353-8533 - Fone Fax (15) 243-1430

e-mail: pmvinfo@mail3.splicenet.com.br

VI. conter os processos de erosão e de assoreamento dos recursos hídricos em áreas urbanas e rurais.

Art. 3º. Poderá o Executivo disponibilizar bens municipais, que se encontrem livres no patrimônio municipal, para constituição de capital da pessoa jurídica a ser criada.

Art. 4º. O Município poderá ceder os servidores públicos que forem necessários para a consecução das finalidades do Consórcio, com ônus para a origem.

Art. 5º. O Executivo, na qualidade de partícipe do ajuste consorcial, deverá prestar contas dos recursos financeiros despendidos na consecução das atividades desenvolvidas pelo Consórcio.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário e devendo ser consignadas, nos orçamentos futuros, dotações próprias para a mesma finalidade.

Parágrafo único – Fica o Chefe do Executivo autorizado, mediante os instrumentos apropriados, a repassar diretamente ao Consórcio, descontando-se em conta corrente mantida pelo Município no Banco Nossa Caixa S/A., o valor correspondente à sua participação, respeitado o limite estabelecido na lei orçamentária vigente e nas de exercícios futuros, obedecido o plano de desembolso mensal do consórcio.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Votorantim, 08 de março de 2002.


Jair Cassola
PREFEITO MUNICIPAL

A
CONSULTORIA JURÍDICA E COMISSÕES
S/S., 13, 03, 02
Presidente

COMISSÃO DE JUSTIÇA
RECEBIDO EM
DEVOLVIDO EM

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA E MEIO AMBIENTE
RECEBIDO EM
DEVOLVIDO EM
Presidente

A
COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA E MEIO AMBIENTE
RECEBIDO EM/...../.....
DEVOLVIDO EM/...../.....
PRESIDENTE

EM DISCUSSÃO
S/S., 19, 03, 02
Presidente

APROVADO
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
S/S., 19, 03, 02
Presidente



07

Governo do Estado de São Paulo
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
Coordenadoria de Articulação e Planejamento Regional - CAR

PROGRAMA PRÓ- ESTRADA

ERPLAN Campinas - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO

☎ 3256-4599 Fax 3256-2224 e-mail: erplan@correionet.com.br

CODASP Campinas - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO

☎ 3241-7588 Fax 3241-7941 e-mail: codasp@dglnet.com.br

Documentação necessária para formação de consórcio

PREFEITURA MUNICIPAL

- *Lei Municipal*

CONSÓRCIO

- *Ata de constituição com registro em cartório;*
- *CNPJ (ou protocolo) do consórcio;*
- *Inscrição no ISS;*
- *Estatuto registrado e com firma reconhecida da assinatura dos prefeitos que fazem parte do consórcio;*
- *Indicação do representante do consórcio.*

Após formação consolidada, para assinar contrato com CODASP

PREFEITURA MUNICIPAL

- 1- *Se receber quota parte pelo Nossa Caixa*
Contrato com Nossa Caixa

- 2- *Se receber quota parte pelo Banespa*
Termo de autorização para Nossa Caixa, com firma reconhecida da assinatura do Prefeito.

CONSÓRCIO

- *Contrato Nossa Caixa*
- *Termo de Autorização*
- *Abrir conta corrente na Nossa Caixa, em nome do Consórcio*
- *Carta para a Nossa Caixa com o nº da c/c do consórcio, valor a ser debitado e relação de prefeitos e municípios que fazem parte do consórcio.*
- *Contrato CODASP*
- *Curso Operador*

Obs.: O consórcio deve ser formado por, no mínimo, 06 municípios.

O valor para cada consórcio é de R\$ 9.900,00

Se for um consórcio com 6 municípios, cada um pagará a quantia de R\$ 1.650,00

"PROGRAMA PRÓ-ESTRADA"

1. O que é o Consórcio?

Instituído pelo Decreto n.º 44.868 de 09/05/2000 o Programa de Melhoria das Estradas Municipais – PRÓ-ESTRADA cita em seu artigo 1.º: "Consórcios Municipais", que são grupos de até 06 municípios organizados com apoio legal a ser aprovado por lei nas respectivas câmaras municipais.

Este consórcio de natureza jurídica, será gerido por deliberação de um conselho de Prefeitos dos municípios participantes.

2. Quais as finalidades do PRÓ-ESTRADA?

- Prioritariamente atuar na recuperação da malha viária rural e processos erosivos relacionados a estas vias.
- Estimular a parceria político-financeira e a adoção de critérios técnicos para a manutenção das vias rurais e processos erosivos visando o desenvolvimento sustentável.

3. Origem dos Recursos

- Recursos para Investimentos: todo mês será debitado a quantia de R\$ 1.650,00 sobre o ICMS, afim de manter um fundo para o pagamento e aquisição de novos equipamentos para integrarem à frota dos Consórcios em andamento.
- Recursos para Operacionalização: as despesas decorrentes da operacionalização dos equipamentos serão de responsabilidade dos Consórcios, cabendo ao conselho de Prefeitos os critérios para tais expensas. São gastos com mão-de-obra, combustíveis, manutenção, transportes e gerenciamento do sistema.

Vale salientar que já foram investidos pelo Governo do Estado a quantia de 40 milhões de reais imobilizados em 80 conjuntos de máquinas compostas por: 01 trator de esteiras, 01 pá carregadeira, 01 motoniveladora e 01 retroescavadeira. Os equipamentos estão à disposição dos Consórcios formalizados.

4. Apoio Técnico e Acompanhamento Institucional

As Secretarias de Agricultura e Abastecimento, Transportes e Economia e Planejamento darão todo o apoio e acompanhamento aos Consórcios nas áreas legal, financeira, técnica e outras relacionadas por meio das diversas instituições envolvidas como a CAR, a CATI, o CEPAM, a CODASP, o DER, o IPT e a NCNB.

5. Alternativas de Funcionamento

As diversas possibilidades de Gestão dos Consórcios serão particulares aos municípios participantes, devendo sempre prevalecer as diretrizes definidas pelo Conselho de Prefeitos.

- As experiências de parcerias intermunicipais já existentes, reforçam a possibilidade de sucesso, podendo facilitar a agregação de outros municípios.
- Consórcios já em operação podem difundir as boas experiências e novas propostas surgirão com a formação de outros grupos em busca de soluções para problemas comuns.

6. Participação em outras parcerias com o Governo

- Programa Melhor Caminho
- Programa de Pontes Metálicas
- Programas de Infra-estrutura Urbana



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
GABINETE DO SECRETÁRIO

Av. Miguel Stéfano, 3900 - Fone: 5584-0433 CEP: 04301-903 - São Paulo

080320010

14

Protocolo de intenções celebram entre si o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e os Municípios de objetivando a viabilização de mecanismos para melhoria e ampliação do sistema viário rural e urbano:

Aos dias do mês de de 2000, o Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Agricultura e Abastecimento, doravante denominada SECRETARIA, neste ato representada por seu Titular, Dr. João Carlos de Souza Meirelles, adiante designada SECRETARIA e os municípios de, doravante denominados MUNICÍPIOS representados nesta ato representados por seus Prefeitos Municipais,, celebram o presente protocolo de intenções visando a preparação prévia de providências para formação de Consórcio Intermunicipal, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os signatários comprometem-se a envidar esforços no sentido de criar instrumentos legais e obter os recursos necessários à melhoria do sistema viário, rural e urbano dos municípios acima mencionados, viabilizando sua perenização, a contenção dos processos de erosão e de assoreamento dos recursos hídricos, e o fortalecimento da política de agronegócios.

CLÁUSULA SEGUNDA

Para o fim da cláusula anterior caberá aos signatários:

I – à Secretaria de Agricultura e Abastecimento:

- a) a realizar estudos visando à criação de mecanismos de cooperação entre o Estado, por intermédio da Pasta, e os municípios;
- b) a integrar esforços com as Secretarias de Transportes, de Economia e Planejamento e da Fazenda visando à institucionalização de programa estadual de apoio aos municípios, em nível regional, para prestação de assessoramento técnico e viabilização do uso de máquinas e equipamentos para a melhoria e ampliação do sistema viário, rural e urbano.



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
GABINETE DO SECRETÁRIO

Av. Miguel Stéfano, 3900 - Fone: 5584-0433 CEP: 04301-903 - São Paulo

15

II – aos Municípios signatários:

- estudar a viabilidade da constituição de consórcio intermunicipal, dotado de personalidade jurídica, para a operação e manutenção de máquinas e equipamentos destinados à ampliação e melhoria das vias rurais e urbanas;
- elaborar e submeter ao legislativo municipal projeto de lei autorizando a participação no consórcio municipal e os dispêndios com sua constituição e manutenção.

E, por estarem os partícipes da acordo, firmam o presente instrumento em 7 (sete) vias de igual teor e forma para um só efeito de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas .

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES

Município de
Pref. Sr.

Município de
Pref. Sr.

Município de
Pref. Sr.

Município de
Pref. Sr.

Município de
Pref. Sr.

Município de
Pref. Sr.

TESTEMUNHAS:

RG

RG



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA CÂMARA EM 13/03/2.002

Ao Sr. Presidente para o devido encaminhamento.

Marcos M. A. de Camargo
Secretário Geral

GABINETE DA PRESIDÊNCIA EM 13/03/2.002

Encaminhe-se ao Procurador Jurídico, para emissão de Parecer e após encaminhar às respectivas Comissões.

- ☒ Comissão de Justiça
- ☒ Comissão de Finanças e Orçamento
- ☒ Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente
- ☐ Comissão de Política Social
- ☐ Comissão de Economia
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Turismo
- ☐ Comissão de Administração Pública
- ☐ Comissão de defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania
- ☐ Comissão de redação
- ☐ Mesa Diretora



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

Parecer nº 019/2002.

Projeto de Lei nº 20/02, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, que autoriza o Poder Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal para conservação e manutenção de vias públicas municipais

Parecer:

O projeto pede autorização para que o Município de Votorantim, juntamente com outros seis municípios, participe de um consórcio com objetivo de conservar e promover a manutenção de vias públicas municipais.

O Município pode participar de consórcios dessa natureza, desde que esteja previsto no plano plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e exista previsão orçamentária para realização dos gastos com o objeto do consórcio, no caso, a conservação e manutenção das vias públicas.

Não existindo óbices nos aspectos legal e constitucional, deve o processo ter continuidade, após os pareceres das competentes comissões de mérito.

Votorantim SP., 15 de março de 2002.

João da Silva Neto
Chefe de Serviços Jurídicos
OAB/SP 102952-B



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA ao

PROJETO DE LEI Nº 20/02

O Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal para Conservação e Manutenção de Vias Públicas Municipais.

Analizando as disposições constitucionais e regimentais, nada se encontrou que pudesse contrariar a presente proposição, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário, no que diz respeito aos aspectos acima mencionados.

Este é o nosso Parecer, s.m.j.

Votorantim, 18 de março de 2.002.


ADILSON HOULENES MÓRA
Relator Especial

A Comissão de **JUSTIÇA**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.

MEMBROS


ORLANDO HERRERA DIAS


JOÃO SOARES DE QUEIROZ


HEBER DE ALMEIDA MARTINS


PEDRO NUNES FILHO



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO ao

PROJETO DE LEI Nº 20/02

O Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal para Conservação e Manutenção de Vias Públicas Municipais.

De acordo com as normas regimentais e orçamentárias em vigor, nada se encontrou que pudesse contrariar a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário, no que diz respeito aos aspectos orçamentários e financeiros.

Este é o nosso Parecer.

Votorantim, 18 de março de 2.002.


JOMAR TELES PROCÓPIO

Relator Especial

A Comissão de **FINANÇAS E ORÇAMENTO**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.

MEMBROS


MARCELO DE SOUZA


OSVALDO BRASIL

PAULO SÉRGIO LOPES DE OLIVEIRA

PRIMO ALVINO VIEIRA



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"
ESTADO DE SÃO PAULO

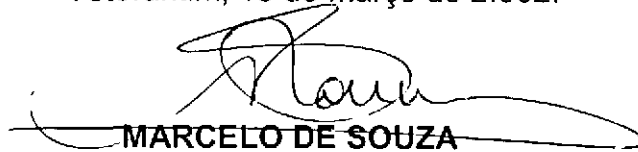
PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA E MEIO AMBIENTE ao

PROJETO DE LEI Nº 20/02

O Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal para Conservação e Manutenção de Vias Públicas Municipais.

Analizando detidamente, nada se encontrou que contrarie a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário.
Este é o nosso Parecer.

Votorantim, 18 de março de 2.002.


MARCELO DE SOUZA
Relator Especial

A Comissão de **POLÍTICA URBANA E MEIO AMBIENTE**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.

MEMBROS


JAIRO DE SOUZA


ORLANDO HERRERA DIAS

PAULO SERGIO LOPES DE OLIVEIRA

PRIMO ALVINO VIEIRA



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO



AUTÓGRAFO Nº 14/02

Projeto de Lei nº 20/02

Autoriza o Poder Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal para Conservação e Manutenção de Vias Públicas Municipais.

Lei nºde.....de.....de 2002.

JAIR CASSOLA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, a promover a participação do Município de Votorantim integrando pessoa jurídica constituída como Consórcio Intermunicipal para Conservação e Manutenção de Vias Públicas Municipais, criado por Municípios do Estado de São Paulo.

Art. 2º - O Consórcio Intermunicipal a que se refere ao Art. 1º tem as seguintes finalidades:

- I. representar o conjunto dos Municípios que o integram, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades públicas, de qualquer esfera de governo, ou privadas;
- II. prestar aos Municípios consorciados serviços de planejamento, construção e conservação do sistema viário urbano e rural, no âmbito territorial dos Municípios que o compõe;
- III. desenvolver serviços e atividades de interesse dos Municípios consorciados, de acordo com programas de trabalho aprovados em Conselho de Prefeitos;
- IV. perenizar as vias de escoamento da produção agro-pastoril e otimizar a malha viária dos Municípios integrantes do Consórcio;
- V. recuperar, manter e melhorar a estrutura viária, assim como a drenagem e o escoamento de águas pluviais nas periferias urbanas e a pavimentação de núcleos habitacionais;
- VI. conter os processos de erosão e de assoreamento dos recursos hídricos em áreas urbanas e rurais.

Art. 3º - Poderá o Executivo disponibilizar bens municipais, que se encontrem livres no patrimônio municipal, para constituição de capital da pessoa jurídica a ser criada.



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO



Art. 4º - O Município poderá ceder os servidores públicos que forem necessários para a consecução das finalidades do Consórcio, com ônus para a origem.

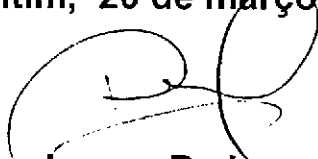
Art. 5º - O Executivo, na qualidade de partícipe do ajuste consorcial, deverá prestar contas dos recursos financeiros despendidos na consecução das atividades desenvolvidas pelo Consórcio.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário e devendo ser consignadas, nos orçamentos futuros, dotações próprias para a mesma finalidade.


Parágrafo único – Fica o Chefe do Executivo autorizado, mediante os instrumentos apropriados, a repassar diretamente ao Consórcio, descontando-se em conta corrente mantida pelo Município no Banco Nossa Caixa S/A., o valor correspondente à sua participação, respeitado o limite estabelecido na lei orçamentária vigente e nas de exercícios futuros, obedecido o plano de desembolso mensal do consórcio.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Votorantim, 20 de março de 2.002.


Jerson Pedrosa
PRESIDENTE


Heber de Almeida Martins
1º SECRETÁRIO


Jomar Teles Procópio
2º SECRETÁRIO